



Redes transnacionais de advocacia, meio ambiente e direitos humanos: articulações político-normativas no caso das comunidades de Barcarena (PA) contra a Norsk Hydro perante a justiça holandesa

Autor(res)

Dimas Pereira Duarte Junior
João Felipe Rolim Cerqueira
Letícia Feliciano Dos Santos Cruz

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

UNIT - UNIVERSIDADE TIRADENTES

Introdução

As lutas por justiça socioambiental evidenciam o protagonismo de comunidades tradicionais na denúncia de violações de direitos humanos e na defesa de seus territórios em face da atuação de grandes corporações. O caso das comunidades quilombolas e ribeirinhas de Barcarena (PA) contra a mineradora Norsk Hydro, levado à justiça holandesa após os vazamentos de resíduos da refinaria em 2018, revela a profundidade dos impactos ambientais, sociais e culturais sofridos. Diante da insuficiência dos mecanismos nacionais de proteção e reparação, essas populações recorreram a redes transnacionais de advocacia, internacionalizando o conflito e ampliando a pressão por responsabilização. O estudo investiga como a articulação entre essas redes e as teorias da justiça ambiental contribui para a efetivação dos direitos humanos, evidenciando a relevância do tema no debate contemporâneo sobre justiça global, responsabilização corporativa e proteção de populações vulnerabilizadas.

Objetivo

Dito isso, analisa-se o litígio das comunidades de Barcarena (PA) contra a Norsk Hydro, na justiça holandesa, à luz da justiça ambiental e das redes transnacionais de advocacia, visando compreender os mecanismos de mobilização jurídico-política, as violações socioambientais e os efeitos da transnacionalização na responsabilização corporativa.

Material e Métodos

O trabalho adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico-descritivo, voltada ao exame do litígio das comunidades de Barcarena (PA) contra a mineradora Norsk Hydro perante a justiça holandesa. Utiliza pesquisa documental, com análise de petições, decisões judiciais, relatórios técnicos, normas internacionais e registros midiáticos. As categorias analíticas baseiam-se nas teorias da justiça ambiental e das redes transnacionais de advocacia, permitindo identificar dimensões de injustiça socioambiental e estratégias de mobilização social. O estudo é complementado por revisão bibliográfica especializada e delimita-se ao período de 2018 até o estágio atual das ações judiciais, visando avaliar os efeitos da transnacionalização na defesa de direitos humanos e na responsabilização por danos ambientais.

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



Resultados e Discussão

A pesquisa aponta a recorrência de desastres ambientais em Barcarena - PA, com graves impactos ecológicos e à saúde de comunidades tradicionais, marcados por contaminação hídrica, exposição a metais pesados e danos existenciais. Observa-se padrão de injustiça ambiental e racismo ambiental, com ausência de participação e proteção efetiva. A insuficiência das respostas nacionais impulsionou a mobilização social e a articulação em redes transnacionais de advocacia, viabilizando a judicialização do caso perante a justiça holandesa. Os achados indicam que a transnacionalização amplia a visibilidade e a pressão por responsabilização corporativa, mas também revela limites estruturais dos sistemas jurídicos e da governança ambiental, reforçando a necessidade de mecanismos mais eficazes de proteção a populações vulneráveis em face de corporações transnacionais.

Conclusão

Os achados evidenciam padrões de injustiça e racismo ambiental. Destaca-se a insuficiência das respostas estatais e o papel das redes transnacionais na busca por responsabilização. Apesar da sentença ter sido desfavorável às comunidades tradicionais, o processo pode ser entendido como um instrumento capaz de fortalecer a responsabilidade de corporações transnacionais por danos ambientais e violações de direitos humanos produzidos em países distintos de onde estão sediadas.

Agência de Fomento

CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Referências

ASCELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BULLARD, Robert D. Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality. 3. ed. Boulder: Westview Press, 2004.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Activists beyond borders: advocacy networks in international politics. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

MILANI, Carlos R. S. Governança global e meio ambiente: a sociedade civil e a construção de agendas internacionais. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 51, n. 2, p. 286-302, 2008.